

## As línguas de Cabo Verde – o cabo-verdiano e o português: lugar onde joga o equívoco \*

Luiza Kátia CASTELLO BRANCO<sup>1</sup>

### RESUMO

O cabo-verdiano e o português são línguas que disputam espaços de enunciação num movimento de tensão em Cabo Verde, pois se filiam a discursividades distintas, a memórias heterogêneas. Essa disputa passa pelos sentidos que a nomeação atual da língua de Cabo Verde como *crioulo* faz circular. Nomear implica um dizer ideologicamente marcado, um modo de construção discursiva e de inscrição histórica de sentidos a partir de posições discursivas que remetem a uma memória tecida por uma *narratividade* (MARIANI, 1998) que, pela repetibilidade, conduz e reatualiza os sentidos para essa língua de forma a contê-los na dimensão do discurso da colonização europeia do Novo Mundo. Conceitos como o de *línguas crioulas* da sociolinguística reproduzem esse já-dito mantendo desvinculada a relação língua materna/língua nacional/língua oficial no caso da língua cabo-verdiana, tanto no imaginário do cabo-verdiano quanto no do outro não-cabo-verdiano. A partir dessas reflexões, trago questões como: a produção da ‘ilusão de consenso’, a filiação a discursos fundadores e à ideologia que sustenta a domesticação das línguas, e, por outro lado, o equívoco, o deslizamento de sentidos que produzem um lugar de uma memória de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Sociolinguística; Línguas crioulas.

### Língua nacional – uma questão político-lingüística

A questão da constituição da língua nacional passa pela constituição da história da(s) língua(s) de um país. Portanto estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem ao Estado cabo-verdiano e à constituição de sua língua permite refletir sobre o discurso da história, em que se vai buscar não só os sentidos que estão lá, mas também aqueles que foram excluídos, e permite reinterpretar o significado

---

\* Este artigo traz parcialmente a pesquisa feita para a dissertação de mestrado intitulada *Historicidade e sentidos*: a palavra ‘crioulo’ nos discursos sobre a língua de Cabo Verde, junto ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense .

<sup>1</sup> UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Lingüística (doutoranda), Rua Santo Amaro, 172 / 807, CEP 22211-230, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, luizakcb@yahoo.com.br.

da tensão existente na relação do português, língua oficial em Cabo Verde, com o cabo-verdiano, língua falada no território, língua materna que constitui os sujeitos.

A língua materna é falada em todas as ilhas, com suas variantes dialetais, por todos os cabo-verdianos desde que nascem. A língua oficial, em contrapartida, entra de forma institucional na vida dos cabo-verdianos a partir da idade escolar. Sobre isso, é oportuno referenciar um trecho de um trabalho apresentado pelo lingüista cabo-verdiano Manuel Veiga<sup>2</sup> em setembro de 1981, publicado em seu livro *A sementeira* (1994, p. 257-277),

[...] se todo o nosso povo fala e compreende o Cabo-verdiano, a maioria, contudo, não fala o português. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilingues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua.

A língua portuguesa é a língua institucionalizada, determinada e instituída pelo Estado. A língua do ensino, da mídia, do governo, da política, da administração. A que é imposta por uma questão de poder e de interesse político e econômico. É a língua que vai dar visibilidade ao país, que vai projetá-lo para o ambiente internacional e também para o nacional.

Para o Estado cabo-verdiano e para o outro, o que está fora de Cabo Verde, a língua nacional é a língua portuguesa. É a que torna o país integrante da comunidade lusófona. É a que escreve a história do país, a literatura, o cinema, o hino nacional cantado pela população.

Apesar de tudo isso, para o cabo-verdiano, a língua nacional é o cabo-verdiano, ou, como eles a chamam, o *crioulo*. É a que constrói o imaginário da unidade,

---

<sup>2</sup> Manuel Veiga é Doutor em Lingüística formado pela Universidade de Paris e foi Ministro da Cultura de Cabo Verde até março de 2006. É também autor de vários livros sobre política lingüística em defesa da oficialização de sua língua.

de identidade com a nação. Nessa língua são compostas parte das letras das canções populares – as mornas –, e parte da poesia. É a língua da oralidade e da informalidade.

Essa tensão não se dá apenas pelo português ter uma relação demasiado estreita com o passado colonial do povo cabo-verdiano, mas também pelo fato de, ainda hoje, permanecer como um fator de desigualdade em uma sociedade onde muitos de seus membros não dominam a língua oficial, seja por resistência, seja por falta de escolaridade, seja por outra razão. Um dos vieses para compreender o processo discursivo de construção lingüística de Cabo Verde é tentar compreender como uma língua materna falada por todo o povo cabo-verdiano há mais de 500 anos não consegue ocupar o papel de língua oficial num país independente politicamente?

Normalmente, quando pensamos em língua materna pensamos em língua nacional. E vinculamos a língua nacional à língua oficial. Mas essa associação de sentidos nem sempre corresponde à realidade das línguas. Esses são conceitos que precisam ser esclarecidos.

Segundo Eduardo Guimarães (2006), língua nacional “é a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país.” E a língua oficial, no seu dizer, é

“ a língua que é tomada como única num Estado (País). Ou seja, é a língua que todos os habitantes do país precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ou seja, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um País sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação.” (idem)

Ainda, segundo Guimarães (ibidem) “não há uma correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado”, podendo, assim, haver mais de uma língua oficial

em um mesmo país já que é uma questão de identidade política e cultural, e dentro de um mesmo Estado é possível haver diferentes identidades lingüístico-político-culturais.

Contudo, ao se falar em língua nacional, é preciso especificar o conceito de nação com que se está lidando, pois o sentido de um (nação) para muitos reboca o sentido do outro (língua). É preciso dizer, então, que nem sempre ‘nação’ esteve associada à ‘língua’. É, por volta do século XVIII, que um já aparece vinculado ao outro.

Na obra do lingüista prussiano Johann Gottfried Herder (1744-1803) (*apud* JOBIM e MARIANI, 2006, p.1), nação tem caráter imanente, é elemento durável no decorrer do tempo e subjacente à experiência histórica. O “nacionalismo como identidade herdada acredita que a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, pertencer a determinada raça e falar determinada língua.” Dessa forma, o indivíduo ao nascer já adquire “o espírito ou a alma do povo a que pertence”, independentemente de sua vontade.

Ernest Renan (*apud* DI RENZO, 2005, p. 14-15), em 1882, ao reportar-se à idéia de nação com relação à França, na célebre conferência proferida a 11 de março de 1882 na Sorbonne, afirma que a nação é um “plebiscito de todos os dias”, é uma “vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu intacta”. Ela é baseada na idéia da vontade dos indivíduos em refazer permanentemente o pacto (com lembranças e esquecimentos compartilhados) que os reúne como coletividade social.

O primeiro conceito se aproxima do Romantismo alemão e da idéia de cultura como base para a legitimidade de constituição de um Estado-nação<sup>3</sup> e de sua soberania.

---

<sup>3</sup> Forma de organização social, política, econômica e cultural que começou a tomar forma na Europa Ocidental do fim do século XVIII, no decorrer de um complexo processo que envolveu: a modernização e industrialização, transformando a estrutura social e a divisão social do trabalho; o desenvolvimento de uma unidade econômica através da constituição de um mercado interno e da criação de uma moeda nacional; o desenvolvimento de uma língua única e homogênea tornando possível a implantação do sistema de educação nacional; e uma racionalização da estrutura de poder e autoridade possibilitando a

O segundo, é um conceito político, tem seu fundamento na vontade dos indivíduos, dá ênfase aos princípios contratualistas e republicanos.

Um terceiro conceito é o de Bernardo Ricupero que reconhece a condição conflitante dos dois conceitos e propõe que,

[...] entre o Estado e a sociedade civil estabelece-se a nação como mediação ideológica que dá aos homens e mulheres a impressão de pertencerem a uma comunidade política maior. A nação parece ter uma função quase complementar; se, no capitalismo, entende-se o Estado como organismo estranho aos indivíduos e a sociedade civil como espaço no qual prevalecem interesses particulares, os membros de diferentes nações, ao se identificarem com os demais membros de sua nação, sentem-se como fazendo parte de uma espécie de “todo” coletivo. A nação aparece, dessa maneira, como uma forma de identidade em face da fragmentação da vida social e da exterioridade da vida política. (*apud* TRAJANO FILHO, 2000)

Parece que o conceito de nação para os cabo-verdianos passa pela língua como identidade herdada e pela vontade de fazer continuar a herança dessa língua, pois é ela que apresenta esse caráter de complementaridade, numa situação em que o Estado impõe uma língua outra e em que, na sociedade civil, prevalecem interesses privados. A língua cabo-verdiana é o lugar da união, da garantia do espaço político-cultural, da “adesão a um mesmo interesse coletivo” (THIESSE *apud* DI RENZO, 2005). Por isso é nela e por ela que se identificam com os demais membros de sua nação, e “sentem-se como fazendo parte de uma espécie de ‘todo’ coletivo”.

Arelada a essa questão vem a do Estado Nacional que tem sido tomado como óbvio e universal, apesar de não representar a única forma de institucionalização da autoridade. Assim o projeto ocidental de Estado-nação se impõe com força às sociedades dos países periféricos. A importação de tal modelo, então, em um contexto bastante diverso daquele vivenciado na Europa Ocidental, exige adaptações e negociações singulares no processo de construção nacional. A imagem de um Estado

---

emergência de um novo modo de pertencer à totalidade nacional como cidadão. (TRAJANO FILHO, 2000, p.4)

único e indivisível passa, como já vimos, por uma língua única e homogênea que o represente. Portanto, para a construção da nacionalidade, como fazem crer as ideologias nacionais, é preciso ter homogeneidade lingüística, uma característica ‘natural’<sup>4</sup> das nações. (DIAS, 2002, p. 11)

Essa homogeneidade, porém, não se faz de uma forma natural, ao contrário, a unidade sob uma só língua não é conseguida senão a custo de um complexo e violento processo de criação e naturalização de uma ficção dessa homogeneidade.

Nesse processo de adequação não há uma apropriação passiva da ideologia européia. Há sempre uma re-significação desses projetos, uma articulação original de interesses, adaptada a cada contexto particular.

Todavia, como esse conceito de Estado-nação é o modelo teórico eurocêntrico, as formas de sociabilidade que se afastam dele são consideradas “as nações desviantes do modelo, são percebidas como não nações, como nações incompletas, parciais ou inviáveis.” (TRAJANO FILHO, 2000, p.6)

Pensar, então, a história de Cabo Verde após a independência, é pensar que este país precisou se adequar ao modelo de Estado-nação por imposição de um cenário político mundial. Precisou da ficção de uma língua única e homogênea tendo um contexto marcado pela pluralidade lingüística. A questão da língua, nesse caso, mostra como ela pode constituir um obstáculo à adequação desses países ao modelo de organização social, política, econômica e cultural representado pelo Estado-nação. Essa adequação pressupõe, então, a adoção de uma língua que preencha todos os requisitos.

---

<sup>4</sup> “Língua e nacionalidade parecem-nos tão naturalmente unidas que se torna difícil relembrar como sua fusão é recente. Frederico, O Grande, falava francês e achava que isso era perfeitamente normal para um príncipe alemão. Isso nos parece estranho porque pensamos nos franceses como o povo que fala francês, mesmo que isso não seja tão evidente, como Eugen Weber mostrou. Em 1863, de 37.510 comunas francesas, 8.381 não falavam francês e aproximadamente 10% de todas as crianças francesas em idade escolar na terceira república, com idade entre 7 e 13 anos, chegavam à escola falando apenas *patois*.” (STEINBERG, 1997, p.235)

Essa língua que assumirá o papel de língua oficial é preciso que tenha a sua escrita devidamente padronizada, seja uma língua já instrumentalizada – com gramática e dicionário –, já que vai servir a um Estado burocrático. Em Cabo Verde, a língua portuguesa usufrui dessa posição.

A língua portuguesa, nesse conjunto de relações, faz seu caráter de língua oficial sobrepor o imaginário de unidade ao de língua materna, e assim distribui-se pelo imaginário de seus falantes e não-falantes como língua dominante. Contraditoriamente porém, a memória de séculos de dominação portuguesa, impede a adoção passiva desta língua, pois esbarra aí uma outra questão, a constituição da identidade cabo-verdiana. Os cabo-verdianos falam a língua cabo-verdiana, querem ser falados por ela e, por isso, se consideram uma nação.

### **Um pouco sobre a história das línguas**

Segundo Antonio Carreira (1983, p. 344), historiador cabo-verdiano, a língua crioula/cabo-verdiana teria surgido no próprio arquipélago no século XVI, menos de sessenta anos após o início de seu povoamento.

Para o lingüista Jürgen Lang, a tese de o crioulo/cabo-verdiano ter nascido em Cabo Verde também parece fazer sentido. Ele diz,

Em Santiago, a crioulição do português deve, portanto, ter começado logo nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivos, ou talvez até o mais antigo. [...] Os escravos oriundos do continente africano eram batizados em Santiago e recebiam aí uma instrução rudimentar (ladinização), o que poderia explicar a presença de certos elementos luso-crioulos em muitas línguas crioulas das Caraíbas. (LANG, 1999, p.1)

Esta hipótese é contestada por outros pesquisadores que acreditam ter o crioulo/cabo-verdiano nascido no continente africano, e, só então, ido para Cabo Verde na rota do tráfico de escravos.<sup>5</sup>

O fato é que, uma vez consolidado nas ilhas, o crioulo/cabo-verdiano encontrou um importante espaço de desenvolvimento, mesmo que sufocado por uma luta desigual com a língua portuguesa, fortalecida pelo poder colonial.

Diferentemente do latim que, quando entrou na Península Ibérica no século II a.C., lá encontrou outros povos e línguas já existentes (GUIMARÃES, 2005), a língua portuguesa, ao se fixar em Cabo Verde, encontrou as ilhas despovoadas. As línguas africanas que entraram em contato com a portuguesa foram para lá levadas à revelia de seus falantes.

A história da relação das línguas africanas com a língua portuguesa em Cabo Verde está ligada a um processo caracterizado pela ênfase de poder político da língua portuguesa em relação a esse conjunto de línguas que entraram junto com os africanos trazidos para as ilhas como escravos. Desde o início, está ligada ao seu modo de presença nas ilhas, pois eram línguas faladas por escravos e, por isso, excluídos do direito de falar em público.

É importante dizer que o português nunca entrou em concorrência com outra língua européia de Estado em Cabo Verde, como aconteceu no Brasil, onde esta língua teve de concorrer com o holandês, por exemplo, durante as invasões holandesas no século XVII.

Com o início do povoamento das ilhas, o português já não é essa língua homogênea representada no imaginário dos cientistas sociais que descrevem o processo de ocupação das ilhas. É a língua oficial do Estado português já num espaço-tempo

---

<sup>5</sup> ROUGÉ, Jean L. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. Soronda: *Revista de Estudos Guineenses*, nº2, p.28-49, 1986.



diferenciado. E, antes disso, mas somado a isso, há uma outra língua portuguesa que já entrou em contato com tantas outras línguas africanas na costa ocidental da África e que já não é a mesma.

Quando essa língua portuguesa entra em Cabo Verde é trazida por falantes pertencentes à nobreza do Reino de Portugal a quem são doadas as capitânicas em que as ilhas foram divididas. Além desses falantes, moram na ilha os servos que acompanham a nobreza, os degredados, os traficantes de escravos, os escravos que falavam português, e os línguas.

Paralelamente a isso, é preciso não esquecer que Cabo Verde é um entreposto, um porto de escala por onde passam os africanos feitos escravos com destino a outras colônias portuguesas, como o Brasil.

Essa língua portuguesa já recontextualizada em outro espaço-tempo se impõe às línguas africanas de diferentes grupos étnicos. Esse contato força uma intercomunicação entre os portugueses e os africanos de tal modo que toma feição, ou como resistência ou como sobrevivência, uma nova forma lingüística de significar aqueles sujeitos, tanto portugueses quanto africanos, constituindo-se numa espécie de língua franca.

Devido ao efeito de sentidos provocado pelo discurso que filia as línguas européias de Estados nacionais à língua latina (da ciência, das leis, e da religião), somos levados a pensar que a língua portuguesa ao entrar em contato com as línguas africanas não sofre influência destas. Esse efeito de ilusão é resultado de uma memória hegemônica em que se filiam as línguas européias ao grupo das línguas de ‘cultura’ e de ‘civilização’, não podendo, portanto, ser tocadas pelas línguas que não de ‘cultura’ ou de ‘civilização’, ou seja, faladas por povos ‘incultos’ ou ‘incivilizados’.

Esse primeiro momento de contato foi constituído de muitos acontecimentos buscando reafirmar a língua portuguesa nesse novo espaço-tempo histórico como dominante, por sempre sofrer resistência de uma outra língua, a crioula/cabo-verdiana.

E essa resistência se faz basicamente de duas maneiras: contra a força das interdições da Coroa na forma jurídica (cartas, éditos reais, etc) e religiosa (batismo e catequese/ladinização); pela heterogeneidade de nações e culturas africanas; e pela quantidade de contingente.

Em várias ocasiões, através dos séculos de colonização, o rei de Portugal exige que os escravos falem a língua portuguesa. Registro aqui, a partir de agora, alguns desses momentos.

Muito cedo a Coroa portuguesa reconheceu a necessidade e a conveniência de haver elementos de ligação entre navegantes e negociantes europeus e os povos africanos. Era indispensável fazê-los aprender a língua portuguesa. Para esse fim começou-se pela catequese, e apareceram os primeiros negros africanos que falavam português e tornavam-se cristãos.

A regra então passou a ser batizar os escravos em cerimônias coletivas, levá-los para a comunidade cristã, pelo menos teoricamente, e ladinizá-los. Essa tarefa cabia aos missionários portugueses. Esse interesse era grande, pois o escravo ladino tinha um preço maior que o do boçal<sup>6</sup>.

Isso quando os próprios navios vindos da Europa já não traziam consigo os chalonas (línguas ou intérpretes).

---

<sup>6</sup> Os escravos boçais eram os importados mais recentes em Santiago, e falavam apenas as respectivas línguas. Entendiam-se com os traficantes e com seus donos e feitores através dos línguas ou chalonas (intérpretes). (Devido a enorme diversidade de etnias e conseqüentemente de línguas, os chalonas deveriam ter sérias dificuldades. Sobre isso, o Padre Alonso de Sandoval traz uma passagem em *Natureza, Política, Sagrada e Profana, Costumes e Ritos, Disciplina e Catechismo evangélico de todos los Etíopes. Edição de Francisco Lira. Sevilha, 1627.*) Os escravos ladinos já se encontravam em Santiago há algum tempo, posto que entraram crianças ou adolescentes, e já estavam batizados, haviam sido ensinados a trabalhar e a falar a língua portuguesa (CARREIRA, 1983, p.277).

Já em 1455, Cadamosto<sup>7</sup> escrevia,

[...] e deliberamos mandar a terra com **os nossos intérpretes** (porque cada um dos navios tinha **intérpretes negros trazidos de Portugal**, que tinham sido vendidos pelos Senhores do Senegal aos primeiros Portugueses que vieram descobrir aquele País). Estes escravos tinham-se feito cristãos, e **sabiam bem a língua Espanhola**, e tínhamo-los havido de seus Senhores, com o contrato de lhes dar por seu estipêndio e soldo, um escravo por cada um, a escolher em todo o nosso monte; e em esses intérpretes tendo ganhado quatro escravos.<sup>8</sup>

Embora percebesse a precariedade com que a catequese e o batismo dos escravos eram feitos nas ilhas, a metrópole era a favor de uma catequese mesmo que rudimentar. Em face disso, o Conselho Ultramariano emitiu um parecer em 28 de novembro de 1697 no sentido de “que os escravos fossem doutrinados durante a demora nas ilhas, mas só o tempo da demora necessária, porque iam para terra de cristão.”<sup>9</sup>

Após esse parecer, várias outras ordens foram mandadas pela metrópole e enviadas aos bispos e aos governadores. Numa delas, a Coroa ordenou que fosse criado uma espécie de “Recolhimento”, um lugar determinado onde se pudesse proceder à educação e à instrução dos escravos antes da sua saída para o Brasil, Antilhas ou outros portos da América. Mas os moradores reagiram sempre mal a todas as idéias no sentido de levar a efeito a ladinização dos escravos, demonstrando, talvez, as difíceis implicações da tarefa.

E em 20 de novembro de 1699, a Coroa decidiu, então, proibir taxativamente o embarque para o Brasil de escravos que não tivessem sido batizados.<sup>10</sup> Essa medida, porém, acarretou uma baixa substancial das receitas da Alfândega de Cabo Verde. Assim, em carta de 4 de fevereiro de 1701, endereçada ao governador de Cabo Verde,

---

<sup>7</sup> Em Magalhães Godinho, Vitorino. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Edições Cosmos: Lisboa, 1956, vol.III, p.167; também em *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*. Edição da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo III, 2ª edição, Lisboa, 1867. (apud CARREIRA, 1983)

<sup>8</sup> Grifo da autora.

<sup>9</sup> Correia Lopes, Edmundo. *A escravatura: subsídios para a sua história*. A.G.C.: Lisboa, 1944.(apud CARREIRA, 1983)

<sup>10</sup> Barcelos, Cristiano José de Senna. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Parte II. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899. p. 163.

ficou esclarecido que “os senhores de escravos de Cabo Verde e Guiné ficam obrigados a dentro de seis meses em que fala a mesma lei a terem os seus escravos instruídos, sob pena de os perderem sem lhes valer alegação alguma, para que este temor os ponha na obrigação de tratarem do seu ensino [...]”. A seguir, acrescenta,

e porque sobre a casa [Recolhimento] que se tinha mandado fabricar para se catequizarem os ditos escravos se acharam inconvenientes, me pareceu ordenar que **os catequistas práticos nas línguas dos mesmos negros os vão catequizar a casa dos seus senhores e às senzalas, assim como se pratica em Angola, dando-se-lhe por ensino aquilo que se arbitrar [...]** (Barcelos, op. cit., p. 163)<sup>11</sup>

Os oficiais da Câmara de Santiago, indignados em aceitar a ordem do rei que mandava construir um ‘recolhimento’ para educar e instruir os escravos, na tentativa de mostrar a impossibilidade de tal medida, reuniram-se e escreveram ao rei de Portugal, em 15 de agosto de 1699, a seguinte exposição, da qual extraio o trecho que aqui interessa:

[...] mandá-los nos ditos dias à doutrina, e quando por espaço de tempo, e não saem doutrinados, se conhecerá que não foi omissão de seus senhores mas **pouca inteligência dos Escravos porquanto há muitos com tão pouca inteligência que não é fácil ensiná-los a falar**, quanto mais doutriná-los [...]. (*apud* CARREIRA, 1983, p.292)<sup>12</sup>

Já nessa época associa-se a imagem do outro, o colonizado, a um imaginário negativo, de falta, de deficiência, de impossibilidade de adaptação ao mundo europeu, ‘civilizado’, de ‘cultura’. É assim que, nesse trecho, percebe-se claramente a não-aprendizagem pelo colonizado da língua do colonizador, por àquele faltar inteligência.

Desde os alvares de 1500, e, no caso de Cabo Verde, pode-se dizer até sua independência no século XX, vê-se que a memória lingüística dos sujeitos das ilhas foi discursivizada de forma a impor-lhes uma língua estrangeira, sempre preferível à língua que sabiam falar, através do esforço e da tenacidade no processo de ladinização das

---

<sup>11</sup> Grifo da autora.

<sup>12</sup> Grifo da autora.

populações africanas, e através do regime colonial no início, e, posteriormente, pelo regime fascista de Salazar em Portugal.

Massa (2002, p. 73) faz referência a um decreto expedido pela Metrópole de abril de 1849 que proíbe o ensino que não seja feito em língua portuguesa. Diz ele, “Pendant la période coloniale, les autorités portugaises, sans succès, ont attaqué, méprisé, combattu le créole. En interdisant notamment par un décret d’avril 1849 un enseignement dans une langue autre que la langue portugaise.”<sup>13</sup>

Os vários efeitos de sentidos dados em diferentes épocas à língua cabo-verdiana se produzem em diferentes condições de produção. Isto quer dizer que, nesses sentidos, intervêm uma memória hegemônica, determinadas conjunturas sócio-históricas, e suas ideologias em que se inscrevem os sujeitos dos discursos.

Houve uma primeira filiação ao sentido que o discurso do português colonizador batizou de dialeto numa acepção pejorativa.

Antonio Carreira (1982, p. 70) cita que Chelmicki e Vernhagen (1841) ao falarem dos filhos de Portugal dizem “[...] e mesmo estes acostumam-se logo à ridícula linguagem do país, geralmente usada e chamada língua crioula, idioma perverso, corrupto e imperfeito, sem construção nem gramática e que não se pode escrever.” Cita, ainda, Lopes de Lima (1844) para quem o *crioulo* é uma “gíria, composto monstruoso do antigo português e das línguas da Guiné, que aquele povo tanto presa, e os mesmos brancos se comprazem a imitar.”

Filiados também a esse sentido estavam os cabo-verdianos, na época brancos e negros escravos e livres, passando a significar sua língua como “não-língua”, língua “sem regras e sem gramática”, o que permitiu seu silenciamento como língua e rendeu-

---

<sup>13</sup> “Durante o período colonial, as autoridades portuguesas, sem sucesso, atacaram, desprezaram, combateram o crioulo. Proibindo, sobretudo, por um decreto de abril de 1849, o ensino em outra língua que não fosse a portuguesa.”

lhe, por muito tempo, o *status* de “imitação corrupta e imperfeita” da língua portuguesa da metrópole.

Esse estatuto de dialeto angariado pela língua cabo-verdiana, dizia dela como uma ‘variante simplificada do português’. Atrelada a esse sentido, buscava seu lastro, sua filiação genética a uma língua de cultura para que também ela significasse língua de cultura, ainda que à imagem do europeu. Dialeto no discurso colonial é o resultado da incapacidade de povos considerados atrasados assimilarem corretamente uma língua de cultura e de civilização.

E é com esse sentido de dialeto que se funda o discurso sobre as *línguas crioulas* empregado pelos primeiros estudos sociolingüísticos. É importante assinalar que esse discurso lingüístico torna-se o discurso fundador, aquele em que a memória temporalizada se apresenta como institucional, legítima, o discurso que “aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia significante, apoiando-se em retalhos dele para instalar o novo”. (ORLANDI, 2003a, p. 13). Esse discurso-científico torna-se discurso fundador por se constituir em um lugar e ser uma força na formação social de embate pela sedimentação de um sentido em detrimento dos outros. Esse discurso nasce em um lugar privilegiado, o lugar da ciência, que filia a outros fortemente marcados por sentidos naturalizados e hegemônicos.

Dessa forma, esses sentidos de língua simplificada e de língua à imagem da língua européia-matriz colam-se ao conceito de *língua crioula* formulado e reverberam a cada enunciação desse significante *crioulo*. Colam-se porque um dizer tem sempre “relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2003b, p.39). Os sentidos resultam de relações entre interlocutores, entre discursos. O discurso nasce já em relação com outros discursos, aqueles de onde partiu, que lhe dão

sustentação, e aqueles que virão, para os quais ele aponta. Há, assim, um *continuum* no processo discursivo.

Com a independência, em 1975, os sentidos da língua cabo-verdiana passaram ao de língua nacional e materna, agora não mais dialeto, uma língua independente, mas ainda sem reconhecimento político-científico posto que rotulada de *crioulo* pela lingüística. E, ao mesmo tempo, a filiação continua sendo feita também ao discurso colonial.

*Crioulo*, do ponto de vista lingüístico, é um termo genérico representando uma família de línguas que, na sua formação, tiveram uma mesma história e um mesmo contexto sociocultural, são línguas colonizadas. Diz-nos Tarallo (1987, p.95-96), “Enquanto as línguas pidgin são caracteristicamente associadas a atividades de comércio, os crioulos, em grande parte, são marcados pela relação de escravidão”. Para Couto (1996, p.87), “os crioulos freqüentemente têm a língua dominante como ponto de referência (e.g., o processo de *descrioulização*), numa atitude de rendição cultural.”

Atualmente, o efeito de sentido da língua cabo-verdiana para os cabo-verdianos é o de uma forte reclamação do estatuto de língua oficial e de ensino, de acordo com a maioria das respostas dadas à pergunta se achavam que a língua cabo-verdiana deveria ser ensinada nas escolas. Nas entrevistas feitas com nove cabo-verdianos residentes no Brasil, seis deles são de opinião que o ensino do *crioulo* na escola deve ser institucionalizado.

As respostas, então, foram:

- **E1** Na época do Salazarismo, em Portugal, Baltazar Lopes em Cabo Verde fazia parte dos Claridosos, um movimento nacional que publicou o jornal Claridade para denunciar a repressão que os cabo-verdianos sofriam, como resistência e tentativa de dar uma identidade ao cabo-verdiano. Baltazar escreveu sobre o cabo-verdiano e em cabo-verdiano. Há pessoas da época da revolução que não falam o cabo-verdiano e acham que não é língua. Mas é claro que acho que deve ser ensinado nas escolas.

- **E2** Totalmente a favor. O ensino fica mais fácil. O português ainda é uma barreira em Cabo Verde.
- **E3** Muito pouca gente fala o português. Acho que o crioulo deve ser ensinado nas escolas.
- **E5** Acho que deve ser assim. O crioulo é nossa língua materna.
- **E8** Também não sei. Chegar em São Nicolau e Santo Antão e ensinar para eles falar o crioulo de Santiago? Eu não tenho nada contra. Mas se eu tirar o português, eu estou tirando uma parte da história de Cabo Verde, se eu tirar o crioulo, estou tirando uma parte da história também. A nossa cultura vem do português, o que a gente come, o que a gente veste são da cultura portuguesa. Acho que os dois devem ser ensinados igualmente.
- **E9** Eu concordo, eu concordo. Introduzir na escola é uma coisa. Como e quando é uma outra questão. Acho que nesse momento é preciso trabalhar o ‘como’.

Ao mesmo tempo, essa reclamação se manifesta também no governo na tentativa de oficializar a língua cabo-verdiana colocando-a ao nível da língua portuguesa. No site <http://www.inforpress.cv>, foi publicada, em 10 de janeiro de 2005, a seguinte notícia “‘A oficialização da língua cabo-verdiana (crioulo) ocorrerá antes do mês de Julho de 2005, e será feita através de um diploma’, declarou o ministro da Cultura, Manuel Veiga.”<sup>14</sup>

Não podemos esquecer, todavia, que a população vivencia diariamente a língua portuguesa. E os grupos com acesso a essa língua já exercem um controle significativo sobre a produção dos acontecimentos históricos.

Os conceitos de língua materna e de língua nacional com relação ao cabo-verdiano parecem não coincidir. A língua de Cabo Verde parece servir a um imaginário de nação como resistência, coragem, orgulho, união, força de luta, mas não a um imaginário de nação como lugar onde se constrói uma identidade nacional em oposição ou em complementaridade a uma identidade internacional, como o diferente do outro, mas, ao mesmo tempo igual ao outro.

Os discursos dos cabo-verdianos sobre a construção da nação cabo-verdiana ressaltam além da grandiosidade e da importância do cabo-verdiano na formação do

---

<sup>14</sup> Até o momento da feitura artigo, essa oficialização não havia se concretizado.



Estado-nação cabo-verdiano, a necessidade de adotar uma política de bilingüismo nas ilhas, e uma efetivação do projeto de fixação da língua cabo-verdiana na escrita de modo a que as duas línguas tenham o mesmo *status*.

Exemplo disto é um trecho<sup>15</sup> extraído do discurso de Mário Fonseca (1998, p.101-102),

A normalização lingüística, neste país, passa pela liquidação a prazo da actual situação de diglossia, pela utilização gradual do Crioulo no ensino, pela sua imediata utilização nos meios de comunicação escritos e áudio-visuais, por uma progressiva interiorização da Língua Portuguesa (que também faz parte da nossa herança cultural, ao fim e ao cabo) pelas massas Caboverdianas, o que só acontecerá, crêmos nós, quando o Crioulo ocupar o lugar que é o seu na nossa sociedade, e pela efectivação de um bilingüismo e/ou de um multilingüismo são porque descomplexados [...]

No entanto, nesses discursos sobre a própria língua, ficam silenciados os motivos pelos quais essa língua não pode desfrutar dos mesmos privilégios de que o português desfruta, por exemplo, nas relações externas. A incapacidade diplomática da língua cabo-verdiana é uma das incapacidades que ficam silenciadas.

Além disso, o fato de o bilingüismo ser proposto como fio condutor de uma política de línguas silencia, de certa maneira, a relação diglósica que enfrentam as duas línguas em Cabo Verde, na medida em que fica apagada a historicidade desses espaços de enunciação tão diferentes, tornados os mesmos pela ideologia ainda colonialista das políticas de língua nas ilhas.

Ao final, está no centro dessa questão a necessidade cabo-verdiana de constituição de uma nação que, em seu imaginário, já está e não está formada.

É porque a memória permite o esquecimento que, nesse ponto nodal, é possível inscrever-se no simbólico para, buscando uma outra configuração de identidade lingüística e nacional, produzir novas relações de sentido que ecoem na história.

---

<sup>15</sup> Este trecho faz parte de um conjunto de artigos escritos por intelectuais cabo-verdianos que integra a seção Dossier: O Bilingüismo da revista *Cultura*, nº 2, julho 1998.

## Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CARREIRA, Antonio. *O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*. Edição do autor, Lisboa, 1982.

CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Com o patrocínio da Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Caboverdeano do Livro, 1983. 2ª ed.

COUTO, H. Honório. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pídgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, 341p. [Segundo livro introdutório à crioulistica a ser publicado em português] Home Page da editora: <http://www.editora.unb.br>

DIAS, Juliana Braz. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *Revista Mana*. vol. 8, no.1, abril 2002, p. 7-27. Rio de Janeiro: Contra Capa: PPGAS do Museu Nacional, 2002.

DI RENZO, Ana Maria. *A constituição do estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Campinas, 2005. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas. 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil, Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, Ano 57, nº 2, abril / maio / junho de 2005. São Paulo, Scielo, 2005. p. 24-28.

\_\_\_\_\_. Língua oficial. Conceito pesquisado na Enciclopédia das Línguas no Brasil em 25 de agosto de 2006. [http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_oficial.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm)

LANG, Jürgen. *Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*. 1999. Disponível em: <<http://www.portcenter.ucsb.edu/SBPS/vol5.htm>>. Acesso em: setembro 2004.

MASSA, Jean-Michel e Françoise. *Dictionnaire encyclopedique et bilingue portugais-français – Cabo Verde - Cap-Vert*. vol. 3. Mindelo: Ponto & Vírgula edições, 2002.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

STEIMBERG, Jonathan. O historiador e a *questione della lingua*. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Editora Unesp e Cambridge University Press, 1997.

TARALLO, Fernando e ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos : Línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987, 142 p. [Primeiro livro de introdução à crioulística escrito em português]

TRAJANO FILHO, Wilson. *Rumores: uma narrativa da nação*. Trabalho apresentado no Seminário Projetos Portugueses de Colonização em Três Continentes promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB em 7 de junho de 2000.

VEIGA, Manuel. *A sementeira*. Portugal: Editor ALAC, 1994.